

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução/construção da nova UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTE II – UBS II, no bairro São Vicente (Nilo Bitencourt), município de Itajaí/SC.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Saúde

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Murilo Fernandes Linhares	Diretor Administrativo	2693901	Administrativo.sms@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O bairro São Vicente, no município de Itajaí/SC, apresenta uma elevada concentração populacional e uma crescente demanda por atendimentos de atenção primária à saúde. Atualmente, a estrutura existente não comporta com eficiência o volume de usuários, resultando em sobrecarga das equipes de saúde, aumento no tempo de espera por atendimentos, dificuldade de acesso a serviços básicos e prejuízos à qualidade da assistência prestada à população.

A ausência de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de porte II na região compromete a oferta de serviços essenciais, como consultas médicas e de enfermagem, vacinação, pré-natal, acompanhamento de doenças crônicas, entre outros, dificultando o cumprimento dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de construção de uma nova UBS no bairro, com capacidade física e funcional adequada ao porte populacional local, possibilitando a ampliação do acesso, a qualificação do atendimento e a promoção da saúde de forma contínua e resolutiva para os moradores da região.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A previsão de contratação dos serviços está incluída no Plano Anual de Contratações. VIA NOVO PAC.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A empresa contratada deverá executar integralmente a obra civil conforme projeto arquitetônico e complementares (Estrutural, Elétrico, hidrossanitário, prevenção contra incêndio, climatização, cabeamento lógico e acessibilidade) previamente elaborado e aprovado.

Deverá apresentar documentação que comprove experiência prévia na execução de obras similares, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A contratada deverá dispor de equipe multidisciplinar qualificada, composta por profissionais legalmente habilitados em suas respectivas áreas de atuação, devidamente treinados e com capacidade técnica para atender integralmente às demandas do projeto e da execução da obra.

Será exigido que a empresa possua CNPJ ativo há, no mínimo, dois anos, com atividade econômica compatível com o objeto da contratação, devidamente registrada e regular perante os órgãos de controle federais, estaduais e municipais.

A empresa será ainda responsável pela emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), execução dentro do cronograma físico-financeiro e cumprimento integral das normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e demais legislações aplicáveis.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro os projetos de engenharia, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo anexos ao processo.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O levantamento de mercado foi realizado como análise de composições do SINAPI de acordo com planilha orçamentária disponibilizada pelo ministério da Saúde para projetos padrões do NOVO PAC.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O valor estimado para a contratação é de R\$ 2.731.098,98, com base em planilha orçamentária elaborada pela equipe técnica, considerando o projeto executivo,

composições do SINAPI atualizadas e análise de contratos similares realizados por entes públicos.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação será realizada por Concorrência, com critério de menor preço global, conforme art. 28, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção desse modelo se justifica pela complexidade da obra e pelo valor estimado, superior ao limite legal estabelecido.

Optou-se por uma contratação por escopo fechado, reunindo em um único contrato a execução da obra civil e de todos os projetos complementares. A solução assegura maior controle técnico, evita sobreposição de responsabilidades e permite maior integração entre o projeto e a execução.

A contratação integrada garante maior eficiência na entrega do objeto, pois minimiza conflitos entre planejamento e execução. A responsabilidade técnica unificada facilita o acompanhamento e reduz riscos de paralisação ou falhas na obra. Essa solução tem sido adotada com sucesso em projetos de igual complexidade.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não haverá parcelamento da contratação.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não existem contratos correlatos ou interdependentes, sendo que a contratação a ser realizada representa a SOLUÇÃO INTEGRAL da necessidade pública.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A construção de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) de porte II no bairro São Vicente tem como propósito ampliar a capacidade instalada da rede de atenção primária do município, otimizando o uso dos recursos públicos por meio da racionalização dos atendimentos, da prevenção de agravos e da redução da demanda por serviços de média e alta complexidade.

Com uma estrutura física adequada e planejada, será possível integrar e organizar melhor as equipes de saúde, promovendo o uso eficiente dos recursos humanos existentes, bem como viabilizar a ampliação de serviços essenciais com menor custo por usuário, em comparação a atendimentos realizados em unidades sobrecarregadas ou inadequadas.

Além disso, a descentralização dos atendimentos proporcionará maior proximidade com a população atendida, reduzindo deslocamentos, fortalecendo o vínculo entre profissionais e usuários e promovendo melhores desfechos clínicos. Tais medidas resultam em economia de recursos financeiros e maior efetividade nas ações de saúde pública, alinhando-se aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá:

- Finalizar e aprovar os documentos técnicos (projeto, memorial, planilha e cronograma)
- Obter as licenças técnicas junto ao Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária
- Instruir o processo com toda documentação exigida pela Lei nº 14.133/2021
- Nomear formalmente a equipe de fiscalização e gestão do contrato
- Emitir a Ordem de Serviço após assinatura contratual, assegurando transição com a equipe de planejamento

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A construção poderá gerar resíduos sólidos, ruídos e impacto momentâneo no entorno. Para mitigar esses efeitos, será exigido:

- Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil
- Comprovação de transporte e destinação final adequada dos entulhos
- Adoção de práticas sustentáveis no canteiro de obras
- Cumprimento da legislação ambiental municipal, estadual e federal (CONAMA, PMGIRS, etc.)

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> Murilo Fernandes Linhares Matrícula: 2693901 Itajaí 20 de maio de 2025	<hr/> Murilo Fernandes Linhares Matrícula: 2693901 Itajaí 20 de maio de 2025

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 20 de maio 2025.

Mylene Martins Lavado

Secretária Municipal de Saúde